

apresentou um requerimento em que solicitava à Mesa a entrega imediata daquela declaração ao presidente da República. Os deputados do PCP solicitam a suspensão da sessão por 30 minutos e, no regresso, após várias intervenções, a sessão é rapidamente interrompida por José Magro. Este e o secretário da Mesa, Maia Nunes de Almeida, abandonam a sala, seguidos pelos deputados do PCP e do MDP. Contudo, Vasco da Gama Fernandes assume a presidência, retoma os trabalhos e, após aprovação do requerimento do PS, desloca-se à Presidência da República com os representantes dos grupos parlamentares. Destaca-se ainda a sua intervenção na sessão de 8 de janeiro de 1976, em que realiza um balanço político do ano anterior, salientando as liberdades conquistadas no plano social, as nacionalizações e a Reforma Agrária. Não deixa de lançar críticas aos restantes partidos pelos acontecimentos do 25 de Novembro, ação que define de “aventureirismo pseudorrevolucionário”, mas também pela monopolização da imprensa, traduzida na suspensão de «dezenas de jornalistas e outros trabalhadores do *Diário de Notícias*, de *O Século*, da rádio e da televisão» (DAC n.º 101, 8 de janeiro de 1976).

Filipe Guimarães Silva

Fontes e bibliografia

Arquivo Histórico Parlamentar, Assembleia Constituinte, Registo Biográfico dos Deputados, 1975-1976. Processo individual; Arquivo Histórico Parlamentar, *Diário da Assembleia Constituinte*; Jorge Miranda, *Da Revolução à Constituição. Memórias da Assembleia Constituinte*, Lisboa, Principia, 2015; Ana Sofia Ferreira, “Azevedo, Amândio Anes de”, in *Dicionário de História de Portugal. O 25 de Abril*, coord. de António Reis, Maria Inácia Rezola e Paula Borges Santos, Vol. 5, Porto, Livraria Figueirinhas, 2016, p. 304-305; “José Magro nasceu há 90 anos: Uma vida exemplar”, *Avante!*, n.º 1895, de 25 de março de 2010.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

MALHEIRO, Francisco Luís de Sá (n. 1943)



Filho de Francisco de Araújo Malheiro e de Dulce Maria de Sousa e Sá Malheiro, nasceu na freguesia de São Vítor, concelho de Braga, em 7 de fevereiro de 1943. Licenciado em Engenharia Civil pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, foi engenheiro adjunto da Direção de Estradas de Braga. Foi eleito deputado à Assembleia Constituinte pelo círculo de Braga, em representação do Partido do Centro Democrático Social (CDS). Invocando a qualidade de funcionário público, apresentou um requerimento solicitando informações sobre as medidas previstas pelo governo tendentes a melhorar as condições de vida dos servidores do Estado, nomeadamente em matéria salarial, e a respetiva dignificação profissional.

Edmundo Alves

Fontes

Arquivo Histórico Parlamentar, Assembleia Constituinte, Registo Biográfico dos Deputados, 1975-1976. Processo individual; Arquivo Histórico Parlamentar, *Diário da Assembleia Constituinte*.



MARINHO, António Roleira (n. 1942)

Filho de Aniceto Rodrigues Marinho e de Ermelinda da Conceição Gonçalves Roleira, nasceu em Campos, Vila Nova de Cerveira, a 13 de dezembro de 1942. Completou o Ensino Secundário no Liceu Nacional de Viana do Castelo, tendo sido, mais tarde, empregado bancário. Foi deputado do Partido Popular Democrático (PPD) à Assembleia Constituinte pelo círculo de Viana do Castelo e o seu mandato foi particularmente dedicado aos problemas do seu distrito de Viana do Castelo e a questões agrícolas e industriais. Participou nos trabalhos da 5.^a Comissão (Organização do Poder Político). Em julho de 1975, referiu-se aos problemas dos trabalhadores rurais e à necessidade de que a Constituição viesse a consagrar princípios fundamentais que garantissem a democracia cultural, social e económica no mundo rural. A 3 de novembro de 1975, subscreve um requerimento, com outros deputados do PPD, sobre a falta de energia elétrica no distrito de Viana do Castelo e, dias depois, sobre o abastecimento de água no mesmo distrito. Ainda em novembro, requere informações ao Ministério da Administração Interna sobre os caminhos públicos nas zonas rurais no referido distrito. A 10 de dezembro de 1975, Roleira Marinho renuncia à qualidade de membro do PPD – na sequência da cisão interna que levou vários deputados, em rutura com o líder Sá Carneiro, a abandonar o PPD – e declara que continua na Assembleia Constituinte como deputado independente. É já nesta qualidade que apresenta um requerimento pedindo informações sobre a empresa nacionalizada de celulose Celnorte, responsável por grande atividade poluente na zona de Viana do Castelo e Ponte de Lima, reclamando medidas ao governo para resolver a situação. Mais tarde, voltaria a ocupar-se desta questão, apresentando um requerimento em abril de 1976. A dissidência será breve, na medida em que, a 16 de fevereiro de 1976, declara estar novamente vinculado ao PPD, voltando a integrar o grupo parlamentar deste partido. A 10 de março de 1976, está entre os subscritores da proposta para que a Assembleia da Constituinte viesse a adotar a denominação de “Assembleia da República” e não “Assembleia dos Deputados” como estava previsto. Dias depois, aborda os problemas da indústria da madeira no distrito de Viana do Castelo. Foi deputado à Assembleia da República nas II, III, IV, V, VI e VII Legislaturas, com suspensão de mandato nas V e VI Legislaturas para exercer funções de governador civil de Viana do Castelo, entre 18 de maio de 1989 e 26 de julho de 1991 e, novamente, de 16 de dezembro de 1991 a 2 de agosto de 1995. Nesta qualidade, desempenhou vários cargos, como o de presidente da Assembleia Distrital de Viana do Castelo, presidente do Serviço Distrital de Proteção Civil, presidente da Comissão Distrital de Segurança Rodoviária ou